



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2013

## **ANEXO II – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL**



## **I – INTRODUÇÃO**

Os trabalhos e análises destinados à preparação dos documentos antecedentes e indispensáveis à abertura do certame para a implantação, operação e manutenção da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) da Praça Sete de Setembro no Município de Belo Horizonte indicaram a ausência de necessidade de licenciamento ambiental prévio (previsto no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 11.079/2004 somente nas hipóteses em que o objeto do contrato de parceria público-privada o exigir).

Diversas constatações justificam esse posicionamento. Elas serão descritas nesse anexo, tendo em vista proporcionar uma visão clara das opções realizadas pela Administração no que toca aos aspectos ambientais deste certame.

Ainda que se reconheça a desnecessidade ou mesmo impossibilidade (conforme será demonstrado) do licenciamento ambiental prévio, tem-se que alguns cuidados com o meio ambiente são recomendáveis quando da implantação das UAI, podendo, em alguns casos, redundar na efetiva necessidade de licenciamento posterior, a ser empreendido pela CONCESSIONÁRIA, fato que justifica com maior vigor as recomendações contidas no presente documento. Espera-se, com isso, atestar a constante preocupação do Governo do Estado de Minas Gerais em assegurar que os projetos e empreendimentos por ele patrocinados encontram-se em consonância com os ditames de proteção ambiental vigentes.

## **II – CONTEXTUALIZAÇÃO E RECOMENDAÇÕES**

No Estado de Minas Gerais, a Deliberação Normativa n.º 74, de 09 de setembro de 2004, do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ou de licenciamento ambiental no âmbito estadual.

Conforme se depreende da análise do citado ato normativo, a implantação, operação e gestão da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) da Praça Sete de Setembro no Município de Belo Horizonte não se enquadra em nenhuma das classes sujeitas à autorização de funcionamento ou ao licenciamento ambiental concedidos pelos órgãos ambientais estaduais.

A despeito disso, a instalação do empreendimento, necessariamente,, deve ser precedida do preenchimento e entrega no órgão ambiental competente do Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCEI, previsto na DN nº 74/2004, ou documento municipal declaratório equivalente, contendo a descrição e características do empreendimento.

Por meio da declaração, o órgão competente poderá confirmar a ausência de potencial poluidor do empreendimento, dispensando-o de qualquer autorização ou



licença, ou solicitar o envio de novos documentos ou informações necessários a um eventual licenciamento.

No mais, a entrega dos documentos declaratórios permitirá que os órgãos ambientais avaliem a relação dos empreendimentos com eventuais áreas caracterizadas como de reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.